



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 24 de setembro de 2025 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

EDITAL N° 68/2025, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

CONCURSO PÚBLICO N° 03/2025

EDITAL N° 68/2025

RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA

A Promotora de Justiça **ESTEFANIA FERRAZZINI PAULIN**, Presidente da Comissão Especial de Seleção Pública do Ministério Público do Estado de São Paulo, constituída com a finalidade de realizar concurso público para provimento de cargos de **ANALISTA DE PROMOTORIA II**, na especialidade **AGENTE DE PROMOTORIA**, objeto do Edital de Abertura n° 03/2025, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – D.O.E. (Executivo, Seção Atos de Gestão e Despesas), em 11 de agosto de 2025, e rerratificado em 01 de setembro de 2025, **RERRATIFICA** o Edital de Abertura das inscrições conforme segue:

1 - No Conteúdo Programático sobre Direito Penal, constante do Anexo I:

- **Onde se lê:** "Dos crimes contra a Administração Pública: arts. 312 e 359-H";
- **Leia-se:** "Dos crimes contra a Administração Pública: arts. 312 a 359-H".

2 - No Conteúdo Programático sobre Legislação Penal Especial e Extravagante, constante do Anexo I:

- **Onde se lê: Legislação Penal Especial e Extravagante:** Lei de Execução Penal (Lei n° 7.210/1984); Lei de crimes hediondos (Lei n° 8.072/1990); Crimes de tortura (Lei n° 9.455/1997); Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n° 9.613/1998); Estatuto de Desarmamento (Lei n° 10.826/2003); Lei de Combate ao Tráfico de Drogas (Lei n° 11.343/2006) Lei do Crime Organizado (Lei n° 12.850/2013); Lei de Abuso de Autoridade (Lei n° 13.869/2019). Lei do Sistema Único de Segurança Pública – Susp (Lei n° 13.675/2018); Lei n. 9.883/1999 - Criação da ABIN e do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin); Lei Complementar n. 129/2009 - Organização da atividade de inteligência dos entes federados; Resolução n. 156/2016-CNMP; Resolução n. 260/2023-CNMP.

- **Leia-se: Legislação Penal Especial e Extravagante:** Lei de Execução Penal (Lei n° 7.210/1984); Lei de crimes hediondos (Lei n° 8.072/1990); Crimes de tortura (Lei n° 9.455/1997); Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n° 9.613/1998); Estatuto de Desarmamento (Lei n° 10.826/2003); Lei de Combate ao Tráfico de Drogas (Lei n° 11.343/2006); Lei do Crime Organizado (Lei n° 12.850/2013); Lei de Abuso de Autoridade (Lei n° 13.869/2019); Lei do Sistema Único de Segurança Pública – Susp (Lei n° 13.675/2018); Lei n° 9.883/1999 – Criação da ABIN e do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), Organização da atividade de inteligência dos entes federados; Resolução n° 156/2016-CNMP; Resolução n° 260/2023-CNMP.

3 - Os demais itens permanecem inalterados.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital.

São Paulo, 23 de setembro de 2025.